

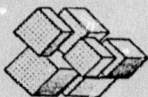
A P A

A C E

I I 2 6 9 / 8 5

C N F

I / I



AGÊNCIA	Nº ACE/ANO	TOTAL FLS.	SIGILO
33A	11269/85	041	W

FLUXO DO PROCESSO	DATA	RUBRICA	CH SE (SS) ou ANALISTA	
ENTRADA NA SE (SS) PSQ ARQ	28 MAR 85		VALIDADE INICIAL 03 (TRES)	SE (SS) RESPONSÁVEL SS-11
REMESSA AO DI	29 MAR 85		NOME LEGÍVEL	RUBRICA
ACE PROCESSADO				

[illegible]

DOCUMENTOS COMPONENTES	Nº ORD	TIPO/Nº/ÓRGÃO/ANO	PRG/ANO
	01	RR1/00019/110/B3A/85	—
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			

[illegible]

02

CONFIDENCIAL

SEMINÁRIO "MUNICIPALISMO E FEDERALISMO EM UMA
POLÍTICA DEMOCRÁTICO SOCIALISTA".

Em 08 AGO 84, realizou-se na Assembléia Legislativa do RS - AL/RS, o seminário "MUNICIPALISMO E FEDERALISMO EM UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICO SOCIALISTA", promovido pela Comissão de Assuntos Municipais da AL/RS, presidida pelo deputado / FRANCISCO MACHADO CARRION JÚNIOR - PMDB/RS, e o Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social, ILDES, da Fundação FRIEDRICH EBERT STIFTUNG, órgão do Partido Social Democrata Alemão - PSDA.

A abertura do evento contou com as presenças / dos deputados HÉLIO MUSKOPF - PMDB/RS; BENO ORLANDO BURMANN - PDE/RS; JAURI GOMES DE OLIVEIRA - PMDB/RS, sendo, os dois últimos, membros da referida comissão, e o convidado Dr. HANS JURGEN KRUGER, Diretor do Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social.

HANS KRUGER na ocasião, fez sua exposição, em português, abordando o tema sobre o município e o Socialismo democrático, discorrendo sua experiência municipalista paralelamente com uma visão histórica da questão.

* * *

Z3:- B3A

Z7:- CONVITE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS (01 FOLHA);
- TRANSCRIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SEMINÁRIO "MUNICIPALISMO E FEDERALISMO" (38 FOLHAS).

Z1: - B3A/SS-623

W/RR1/00019/110/B3A/280385/A1

CONFIDENCIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Porto Alegre, 26 de julho de 1984.

PREZADO COMPANHEIRO:

Com satisfação, venho convidá-lo para o Seminário sobre "Municipalismo e Federalismo em uma Política Democrático Socialista", a realizar-se no próximo dia oito de agosto, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos, no Plenarinho da Assembléia, no terceiro andar. A promoção tem o patrocínio da Comissão de Assuntos Municipais e do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento E conômico e Social, ILDES, da Fundação Friedrich Ebert Stiftung, órgão do Partido Socialista Alemão.

Esta iniciativa decorre de contatos que realizamos, tanto junto ao ILDES, no Rio de Janeiro, como junto à Fundação alemã, em nossa recente viagem ao exterior.

A exposição em português estará a cargo do doutor Hans-Jürgen Krüger e se realizará na parte da manhã, havendo, a pós, às doze horas, um almoço. Às catorze horas e trinta minutos te rá início a sessão de debates, com encerramento previsto para as de zesseis horas.

Contando com sua valiosa presença,

Atenciosamente,

Deputado CARRION JR.,
Presidente da Comissão
de Assuntos Municipais.

O original deste documento (com 38 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

O SR. PRESIDENTE- Vamos abrir a nossa reunião da Comissão de assuntos municipais. Temos a presença do nosso Vice-Presidente, Deputado Nélcio Musskopf, temos também a presença do Deputado Orlando Burmann, membro da Comissão e Deputado Jauri Oliveira, membro da Comissão de Assuntos Municipais.

Temos a honra, evidentemente, de ter como convidado da reunião que temos hoje, o Dr. Hans Jürgen Krüger, que é Diretor do Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico-Social, que é um órgão da Fundação Frederic Hebert, que faz parte do Partido Social Democrata Alemão, vale dizer, conhecido por nós como Partido Socialista Alemão.

Essa presença resulta de uma série de contactos, como a que esteve conosco, da Comissão de Assuntos Municipais, através da sua sede no Rio de Janeiro, e também decorreu de contactos que fizemos durante a nossa viagem à Alemanha o que, naquela oportunidade, dizíamos da importância de termos a presença de pessoas ligadas e vivendo os princípios da Social Democracia Alemã, do Partido Socialista Alemão e através da Fundação Frederic Hebert e do Wilds do Rio de Janeiro. Portanto a presença do Dr. Krüger é extremamente importante. Eu não vou anunciar a todos aqueles que vieram prestigiar a nossa reunião, mas apenas citar as representações que temos aqui, presença de Vereadores, de Presidentes de Associações, Diretórios Municipais/Partidários e vários municípios também estão representados como, Viamão, Butiá, São Gabriel, Canoas, várias associações estiveram presentes como a Associação Jardim Ipiranga, Sociedade de Amigos do Bairro Santana, Comissão de Direitos Humanos, representantes da FRACAB, da 2ª zonal e do Sindicato de Trabalhadores de São Sebastião do Cai.

Estas presenças se somam a este esforço da Comissão de procurar trazer para a comunidade do Rio Grande do Sul, através da Assembleia Legislativa, a experiência que se realiza aqui no Rio Grande do Sul, problemas que debatemos durante o 1º semestre e no ano passado, trazidos pelos deputados da nossa Comissão, assuntos de importância a nível estaduais e também trazendo problemas, pois não somos um País isolado, nem um Estado isolado, observamos as experiências que se realizam.

Apenas antes de introduzir o tema que o Dr. Krüger irá nos apresentar, gostaria de relatar aos membros da Comissão, que em recente contacto que fizemos em São Paulo, estivemos na Secretaria dos ne-

gócios Metropolitanos, esta Secretaria corresponde a nossa Secretaria Especial da grande Porto Alegre. A Secretaria dos Negócios Metropolitanos de São Paulo é uma Secretaria que já funciona a bastante tempo, e hoje tem como Secretário o Dr. Almino Afonso, bastante conhecido por todos nós militantes de política nacional há muito tempo.

O Dr. Almino Afonso se dispôs a vir aqui na Comissão expor - inclusive, em princípio, propusemos uma data que seria por volta de 26 de setembro - alguma coisa a respeito da experiência da gestão metropolitana da grande São Paulo. A grande São Paulo tem nada mais, nada menos que 38 municípios e é responsável por metade, quase, da produção industrial brasileira. Isto dá uma idéia da importância deste órgão e eu acredito que seria muito importante o Dr. Almino Afonso estar presente. Nesta mesma viagem que realizamos, tivemos em contato com a METROBEL, que é uma empresa estadual mineira, Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte e que se constitui, hoje, numa das experiências mais importantes em transportes metropolitanos de grandes conglomerados.

Inclusive Curitiba que tem um grande prestígio nacional em relação a esta questão, tem sempre se reportado a questão da experiência da METROBEL.

Estive com o Diretor-Presidente da METROBEL, Dr. Sérgio Ladeira, que também se dispôs vir a Porto Alegre expor a experiência da METROBEL na região metropolitana de Belo Horizonte. Propus, também, uma data a ele, que seria na semana seguinte à exposição do Dr. Almino Afonso, quarta-feira, dia 3 de outubro.

Eu quero anunciar a presença do Deputado Germano Rigotto, que ainda, recentemente, voltou da Comissão Nacional do Partido Democrata nos Estados Unidos, e dizer que já tivemos, hoje pela manhã, um contacto, com a presença do Dr. Krüger que fará sua exposição a seguir.

Gostaria de colocar a consideração dos membros da Comissão e se acharmos razoável, aprovarmos este convite ao Dr. Almino Afonso e ao Dr. Sérgio para o mês de setembro, dando um certo tempo, já que este mês nós já temos uma série de atividades programadas. Então seriam duas exposições, uma sobre a questão ^{transportes coletivos} metropolitana e outra sobre a questão da região metropolitana de São Paulo, especificamente a gestão do parque metropolitano na grande São Paulo.

Eu acho que seria interessante, não sei se os meus colegas da Comissão gostariam de dizer algo. Acho que ainda devemos confirmar as respectivas presenças. Em princípio eles propuseram algumas datas que ficariam a critério da Comissão aprovar no primeiro momento.
(Aparte fora do microfone)

Outra data proposta foi o dia 17, tem razão, ^{até} O Deputado Musskopf chamou a atenção para isto.

(Aparte fora do microfone)

Só quero relatar aos membros da Comissão que terça-feira passada houve uma reunião da frente municipalista, onde todos os partidos participam, mas ela foi feita, especificamente, com um dos candidatos a Presidência da República, que foi o Governador de Minas Gerais, Dr. Tancredo Neves. Foi uma reunião onde participaram todos os partidos da frente municipalista e o objetivo da reunião era cobrar o compromisso com a reforma tributária.

Eu estive presente, e havia sido convidado, então eu deveria comunicar que foi uma reunião que a frente municipalista cobrou dos candidatos. Esta frente tentou marcar contacto com os demais candidatos, mas não chegou a ^{se} efetivar a marcação de datas desta cobrança, deverá se realizar proximo, um outro candidato vier a ser indicado pelo PDS com a frente municipalista. Mas por enquanto

houve reunião com este candidato, que ^é o candidato das Oposições, neste momento, que foi feita terça-feira passada, foram cobradas, foi colocada uma falta ao Governador Tancredo Neves e aí eu fui a Minas Gerais fazer um contacto com a METROBEL e na Prefeitura de Belo Horizonte.

Bom, passada esta falta, temos mais esta sugestão do Deputado Jauri Oliveira, de tentarmos contactar com o Deputado Miguel Arraes e trazê-lo ^{para relatar} uma experiência da administração que ele teve.

Evidentemente, a pauta está aberta para este tipo de convite que é extremamente importante.

Eu passo de imediato, então, ao tema da nossa reunião de hoje, que o Dr. Krüger vai nos expor sobre a experiência municipalista.

O tema que escolhemos, de acordo com ele, se intitula: Municipalismo, Federalismo ^{em} uma Política Democrático-Socialista.

Ele irá, evidentemente, apresentar para nós a experiência alemã, e depois teremos tempo para debater as questões que vocês acharem interessante serem colocadas, desde que ^{sejam} especificamente do tema ou outras questões políticas. A presença do Dr. Krüger, inclusive, como Diretor do Instituto e como o Instituto tem ligações com o partido político, nos remete até a duas questões diferentes:

Uma é a questão especificamente da experiência municipalista na Alemanha, e por outro lado a experiência da Social Democracia como experiência política também na Alemanha, e seu confronto com os partidos e a realidade brasileira. Eu acho que ^{há duas} temáticas que têm estas características que se juntam, mas são diferentes, é uma temática mais administrativa, e também mais política. Elas estão interligadas, profundamente, mas eu acho que temos total liberdade para colocar a questão como desejarmos.

Dr. Krüger, eu quero agradecer a disponibilidade que teve em atender este nosso pedido, que representa um pedido da Comissão de Assuntos Municipais, todas as gestões que têm realizado junto à Fundação Frederic Hebert na Alemanha e no Partido Social Democrata Alemão, que são extremamente importantes para o nosso relacionamento, como Comissão de Assuntos Municipais. O assentimento deste convite, a disponibilidade que demonstrou e o prestígio que está dando ao Poder Legislativo com a sua presença, aqui, neste momento, na Assembleia Legislativa, é muito importante para nós.

O SR. HANS JURGEN KRÜGER- Muito obrigado. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite, a introdução tão gentil e a honra de poder estar presente, aqui, e contribuir com as minhas experiências a este processo tão importante à democratização das (?) públicas brasileiras.

Em segundo lugar eu gostaria de pedir desculpas pelo meu não tão perfeito português. Vou fazer o possível para não falar besteira.

O nosso tema é o município e o socialismo democrático. Antes de entrar no tema eu gostaria de dar algumas explicações.

Como não sou especialista em administração pública

administração pública, como entendo muito menos do que os ilustres Prefeitos, Deputados e Vereadores e outros participantes da reunião e dos problemas sociais, financeiros e administrativos nos municípios, gostaria de me concentrar a umas reflexões teóricas e políticas sobre a questão do município dentro de uma política social e democrática.

A formação em história e ciência políticas, entendo um pouco deste aspecto, mas muito menos do aspecto administrativo-financeiro. Mas como estamos nesta discussão e como organizar a vida pública política de uma forma mais democrática, mais estável e mais social, acho estas observações que serão uma informação importante para este processo de discussão.

Todos os países do mundo com exceção de Estados muito pequenos, São Marino e outros, dividem a sua administração não apenas no sentido vertical, mas também no sentido horizontal. Em divisão vertical, entendemos a tradicional divisão dos poderes. A divisão geral, entre os três poderes, mas estes poderes são novamente divididos horizontalmente. O Poder Executivo tem o setor militar da Polícia, administração social e financeira, como a saúde, transportes. Então, divisões verticais da administração do Estado.

Mas existe também a divisão horizontal em graus diferentes. Temos o Estado em geral, chamado União, Federação, como também temos regionais e com nomes diferentes como Estados, Províncias, Distritos, e temos a unidade menores que são chamados municípios.

Estamos falando de uma divisão vertical e uma horizontal. Estas divisões existem em todos os Estados do mundo, mas eles obedecem filosofias completamente opostas, uma visão unitária, entende o País como unidade integral, dividida depois de cima para baixo, verticalmente e historicamente, isso justamente para facilitar a administração da unidade.

Esta divisão é totalmente compatível com uma visão unitária, em cada Estado, Mas pode ser também de baixo para cima com um resultado de uma composição das partes que formam um Estado em geral, isto é, os municípios com o Estado e os Estados com uma Federação.

09

São visões totalmente diferentes, uma de cima para baixo, dividindo a unidade e a outra é do fundo a unidade, através de um pacto político e social lá nas unidades pequenas e também nas maiores.

Os sistemas unitários são muitas vezes governados por monarcas ditadores, ou sistemas autoritários. Mas isso não necessariamente, pois temos outros modelos na história, sistemas unitários que são governados democraticamente.

Isso é uma discussão interessante, qual seria a resistência do sistema unitário, governado democraticamente em épocas de crise. E a experiência mostra que os sistemas unitários são muito mais vulneráveis em respeito às tentativas autoritárias e ditadoras e seria muito mais fácil pegar o sistema central em vez de um sistema dividido que mostra uma resistência muito maior contra tentativas ditatoriais de governar uma Nação.

Este pensamento é o pensamento básico da teoria da divisão dos poderes. Foi elaborado pelo filósofo francês Montesquieu já no século XVIII e colocada na prática na primeira vez na Constituição dos Estados Unidos Americanos. Mais tarde, pela República Francesa, como resultado da Revolução Francesa. A idéia básica de Montesquieu é o equilíbrio entre os poderes. São sistemas moderados, como Montesquieu podem garantir o mínimo de liberdades para os cidadãos.

Esta idéia de moderação é muito importante e a outra idéia importante também é a do equilíbrio, onde ele já fala do poder de controle de frear um poder, quer dizer, um poder deve ter bastante força para impedir o excesso, o arbítrio dos outros sistemas.

É uma idéia de equilíbrio, como dizem os americanos "checks in balance", balanços e controles.

E nos Estados Unidos também pela primeira vez esta divisão vertical dos poderes foi completada com uma divisão horizontal dos poderes porque os Estados Unidos é o primeiro exemplo de um Estado democrático que é também uma federação com os treze Estados que formaram esta Federação, chamada Estados Unidos.

Na França o problema já foi um pouco mais complicado. A França tem uma velha tradição do centralismo.

7

O exemplo francês mostra também que o princípio da divisão dos poderes não sofreu apenas críticas das forças conservadoras monárquicas, mas também sofreu uma posição de forças reacionárias, orientadas pela filosofia de Rousseau.

Rousseau parte da idéia de uma unidade da vontade soberana do povo. O povo deve eleger livremente os seus representantes, os quais devem exercer simultaneamente funções executivas, legislativas e judiciárias.

Napoleão usou os dois argumentos. O argumento dos conservadores e dos revolucionários. Ele se autodeterminou Imperador com a explicação que ele representa a vontade unitária do povo revolucionário. Por outro lado usou o argumento conservador, dizendo que não podemos dividir o Poder, porque isso enfraquece a glória da Nação, o poder da Nação, as possibilidades que desenvolveriam a Nação e fazer uma Nação mais avançada da Europa.

Interessante a história da Alemanha. Foi na luta contra Napoleão, quando os alemães descobriram o valor da autonomia dos municípios. O Barão Wonschtein, nomeado o primeiro Ministro da Prússia, depois da derrota com os franceses, entendeu a autogestão dos municípios como fórmula, capaz de conduzir a reconstituição da Pátria. E da sua idéia os cidadãos devem tanto quanto possível administrar as coisas públicas do seu município, considerando-se cidadãos daquela época, apenas os indivíduos que possuíssem propriedades. Mulheres, proletários, camponeses sem terra não estavam incluídos nesta idéia da cidadania. O cidadão era um cidadão com poderes econômicos.

E na sua idéia este grupo era importante para formar a nova Nação

11

a nova Nação, as famosas reformas prussianas daquela época e estas reformas, este novo patriotismo, como motriz mais importante na resistência contra Napoleão. Assim, o Stein tornou-se o pai do municipalismo alemão, mas com a conotação de ser um pensador liberal, conservador. Isto é importante para se entender a posição do movimento operário no século passado. Este movimento operário tinha outros problemas. Para os socialistas o importante era a exploração do trabalhador e a estratégia política dos socialistas era a de achar métodos para acabar com o sistema capitalista explorador. Muitos socialistas entenderam os problemas da divisão de poder, como sendo meros problemas da burguesia. As facções diferentes da burguesia lutando pelo poder sem alterar a situação do proletariado. Muitos teóricos do socialismo eram ligados muito mais ao pensamento de consumo, partindo da idéia da unidade da vontade popular. Karl Max, por exemplo, chama a "divisão de poderes" um termo desgastado e uma ficção já desmascarada. No seu trabalho sobre a comuna de Paris, ele defende a unidade do Executivo e do Legislativo e escreve, naquele texto o seguinte: a comuna não deveria ser uma entidade - referindo-se a comuna como sendo o parlamento - parlamentar e sim uma cooperação trabalhadora, executiva e legislativa ao mesmo tempo. Os juizes devem ter independência. Como todos os servidores públicos, devem ser eleitos, responsáveis e sujeitos a perderem o cargo quando não mais corresponderem a vontade popular. Esta era a idéia de unidade popular que era representada na comuna de Paris.

Lenin é ainda mais nítido na rejeição da divisão de poderes. Ele chama o parlamentarismo corrupto e podre, e deseja a vontade da unidade revolucionária do povo. Isto significaria a eliminação da divisão em poder executivo, legislativo etc. É interessante citar-se o jurista e estadista soviético, dos anos sessenta, quando diz o seguinte: "a ordem social do povo soviético é penetrado, totalmente, pelo espírito único e universal da autoridade dos trabalhadores. O programa do Partido Bolchevista rejeita o princípio burguês da divisão dos poderes. A unidade da autoridade dos trabalhadores, representada pelos órgãos superiores do Estado,

12
— 1) —
corresponde a natureza democrática soberana do povo soviético."

Hoje, os comunistas defendem o princípio do chamado centralismo o democrático, seja no partido como também no Estado e na economia. Mas vejamos como e de onde vem estas raízes filosóficas. Não são invenções dos comunistas para controlar a economia mas é uma idéia carregada de muita história. Um é o pensamento de Montesquieu outro é o pensamento de Rousseau.

O movimento operário do século passado, falando em termos de Alemanha, era, de fato, centralistas e não considerou importante esta divisão de poderes, nem vertical nem horizontal. Isso é válido, também, para associarmos a democracia alemã do século passado. Nos programas da social democracia a questão do município ou da divisão dos poderes foi esquecida praticamente. O mais famoso programa, o programa de (?) , de 1891, que é o programa mais marxista da social democracia alemã, a questão do município sequer foi mencionada. Mas era uma situação diferente pois existia um direito eleitoral classistas que significava que só os ricos, os poderosos tinham acesso a gestão dos municípios, deixando de lado o trabalhador. A partir daí, a social democracia mudou esta visão após a segunda guerra que marcou, também, o fim da monarquia na Alemanha e o início da República Democrática Alemã, a famosa república de (?) , que trouxe o voto universal, para homens e mulheres com idade superior a vinte e um anos. A partir daí mudou a situação política profundamente pois agora, em muitos casos, como em municípios industrializados, com uma grande parcela de população operária, foram eleitos companheiros para cargos de Prefeitos e Secretários. Em muitas cidades a social democracia ganhou as Prefeituras. Mas, o que fazer a partir daí? Não era mais possível dizer que era o sistema capitalista que está a frente de todas as deficiências pelas quais passamos no município. Não deixava de ser mas, agora, com o prefeito eleito, a população espera alguma coisa de seus representantes. Só então, começou a existir um pensamento mais profundo, da Social Democracia, sobre o ~~comunismo~~ municipalismo. Aliás, para citar outro exemplo, vejam o Partido Comunista Italiano que também

10 descobriu a questão do município depois da segunda guerra, na república democrática e, de repente, muitos comunistas encontram-se nas prefeituras. E, nas prefeituras, não é possível fazer-se política nacional. Nesta época de Weimar, a Social Democracia, também em poucos casos o partido Comunista-Alemão, realizaram obras muito importantes, especialmente na área de habitação, habitações para a população de baixa renda, lazer, temos grandes estádios e clubes para natação, construídos nos anos vinte e começou nos municípios governados pela Social Democracia. Porém, a situação na república de Weimar foi bastante complicada. Na verdade apenas entre vinte e três e vinte e nove, houveram condições de política, relativamente, estáveis para uma política municipalista de mais peso e de maior progresso, que nos anos anteriores que foram anos de crise e de inflação de cinco mil por cento, como no ano 23. No ano seguinte tiveram seis milhões de desempregados que, na época, representava mais de um terço da população economicamente ativa e a subida dos facistas ao poder deixando muito pouco espaço para qualquer realizações. Os nazistas acabaram rigorosamente com a divisão

rigorosamente com a divisão dos Poderes, horizontalmente, entendendo o Estado - aí eles rosseístas também - e o povo como unidade. E a vontade popular representado pelo "Führer", pelo Chefe do Estado que, por sua vez, nomeou os sublíderes. Eles tinham esse sistema, dividindo, mas rigorosamente de cima para baixo. Liderança, "Führer" determina, e os municípios tinham o seu "Führer" cada um. Mil divisões, porém o sistema é estritamente autoritário. E os resultados são conhecidos: acabaram radicalmente com a democracia, acabaram radicalmente com muitas conquistas sociais e começaram uma guerra e tiveram um resultado desastroso, com a divisão da Alemanha e com milhões de mortos, a Europa totalmente destruída. Todos conhecem muito bem. Então, essas experiências com esse autoritarismo, que levou a Nação ao extremo, mas também há críticas contra o centralismo na União Soviética, que levaram os membros da constituinte alemã, em 1948 e 1949, a um pensamento muito dedicado, muito legado à divisão de Poderes e fortalecimento do município por razões políticas, não apenas administrativas. Entenderam uma democracia no município como maior garantia contra a volta do sistema autoritário. E, na Lei Constitucional - chamamos "lei Fundamental", tenho aqui para os Senhores que se interessam por uma tradução dessa Lei Fundamental -, há no Art. 28 uma garantia do município. Quer dizer, a Lei Fundamental garante que o Estado deve ser constituído por municípios, Estados e a Federação. E é importante: município e federação têm pouca coisa em comum. Fala-se de uma teoria de dois Estados, no sentido de que os municípios formam um Estado e os Estados formam a federação. Isso quer dizer que a federação deve ter um mínimo de direitos para interferir no município. Não tem nenhum direito administrativo, por exem

exemplo. E a Constituição tem essa idéia de que a administração pública é do município. Quer dizer, o verdadeiro Estado, no sentido geral - administração das coisas públicas - é o município e só as tarefas que o município não pode resolver entra o Estado. Só o que o Estado não pode resolver, aí entra a federação. Quer dizer, chamamos, não sei se isso é entendível em português, de sistema subsidiário. O Estado é subsidiário ao município, e a federação é subsidiária ao Estado, e não vice-versa. Os municípios, ou melhor, é uma visão profundamente federalista, federalista no sentido de baixo para cima. E o que é muito importante, na Constituição temos a garantia financeira, porque uma bela estrutura federalista não vale nada sem a garantia das finanças públicas do município. Então, temos essa divisão que a Constituição diz claramente. A administração da receita pública é uma administração conjunta, não é federal, mas conjunta. São os Estados que têm o controle administrativo sobre as finanças públicas. Esse é um fator muito importante. O dinheiro fica primeiro na caixa do Estado, e quem delibera é o Estado da federação, não vice-versa. No sistema de caixa única, ele vai todo para a caixa da federação e, depois, um Ministro de Finanças ou de planejamento, sei lá, diz "Bom, agora vamos fazer, mas tu esperas um pouco, porque não és meu amigo política, e para fulano de tal, que tem uma tarefa muito importante para a comunidade, ele libera amanhã." Uma prática que parece ser muito conhecida neste País. Aí vem o que é muito importante: o que é do município entra logo e diretamente na caixa do município, não faz um desvio por outras caixas.

Não quero explicar, já que não sou especialista, como funciona. Podem ler isso nos Arts. 104 e seguintes e no Art. 106 tem

a divisão dos impostos.

O SR. PRESIDENTE - Vamos fazer o seguinte: como existem poucos exemplares, vamos depois deixar um à disposição, para fazermos cópias a todos os que desejarem.

O SR. HANS JÜRGEN KRÜGER- Preparei outra coisa: o xerox que dá uma informação básica sobre a divisão dos gastos públicos na República Federal da Alemanha. É interessante o seguinte: em 1950, logo depois da fundação da República Federal da Alemanha, os municípios tinham mais ou menos a metade do orçamento da federação: de quatorze bilhões da federação, sete bilhões os municípios. Trinta anos depois, a situação do município melhorou: são cento e quarenta milhões de marcos os orçamentos dos municípios, e duzentos e trinta, menos que o dobro, o orçamento da federação. E dentro do orçamento da Fundação, temos mais o orçamento da comunidade européia, as contribuições da federação que representam, mais ou menos no total, vinte e cinco bilhões, neste ano de 1980. Quer dizer, uma relação relativamente boa: cento e quarenta bilhões de marcos nos orçamentos municipais, e mais ou menos duzentos e poucos da federação. A relação, no Brasil, é muito mais desfavorável para a situação dos municípios.

O SR. PRESIDENTE - Só para acrescentar e contribuir dentro da exposição, há vários critérios que podemos utilizar para calcular a participação dos municípios. Se considerarmos a receita tributária, que é o orçamento fiscal basicamente, o orçamento tributário, considerarmos em termos de receitas tributárias próprias, que

17

são aquelas que pertencem aos municípios, os municípios estariam com uma participação em torno de 5%, os Estados, 36% ou 37%, e a União, 58%. Se considerarmos, no entanto, as transferências intergovernamentais - os municípios recebem transferências tanto do Estado como da União -, se examinarmos em termos de transferências somadas, então, diminui a participação da União, e o Estado se mantém em mais ou menos com a mesma participação. O Estado fica com 35%, os municípios ficam com 16%, e a União fica com 49% a 50%, isso supondo as transferências. Agora, vem outro raciocínio, que é o seguinte: no caso da Alemanha, quando se fala em participação dos municípios - são quatrocentos e cinqüenta, quinhentos, seiscentos municípios -, que têm 142, isso aí representa 1/6, quer dizer, mais de 15%, quase 20%. Isso aqui inclui todo os orçamentos do setor público alemão. Mas se considerarmos o Brasil

5) considerarmos o Brasil, estamos falando em receitas tributárias. Se nós considerarmos a receita tributária, a participação dos municípios em relação aos outros orçamentos cai violentamente porque eu não tenho dados na mão, mas vou dar aproximadamente-se considerarmos o orçamento monetário e os orçamentos das estatais, o orçamento fiscal representa 15% das receitas públicas, o orçamento monetário 20% e o orçamento das estatais, 60%. Então, vamos voltar à situação dos municípios. Aí, a situação, a participação real dos municípios, que nós falávamos entre 5% e 15% dependendo do critério, ela cai para 0,8%, porque aí estamos considerando dentro dos outros orçamentos que é o orçamento monetário e o orçamento das estatais. Então, na verdade, se compararmos com a Alemanha- eu não calculei aqui com precisão, mas digamos que os municípios alemães participem com 15% ou 25%, nós teríamos uma participação no Brasil de 0,8%. Isso mostra a desproporção de força real. Outro dado figurativo é que temos considerar o seguinte: uma união, vinte e quatro Estados e quatro mil e cem municípios, em números redondos. O um participa em 95% dos recursos públicos, os vinte e quatro participam, em conjunto, em 4,5% e os quatro mil e cem participam e zero alguma coisa. Dá uma idéia da total desproporção que existe hoje no Brasil em poder econômico e em poder político.

Quando se fala vamos democratizar o País, o País já caminhou muito na democracia política. Quanto que foram democratizados os recursos públicos? Foram democratizados menos de 5% dos recursos públicos. Nós temos eleições só nos Estados e parte dos municípios. Na verdade, democratização dos recursos públicos representa menos de 5% porque os 95% dos recursos federais ainda não passaram pelo processo de democratização. O que explica a resistência ao problema do poder central.

OP. HANS JÜRGEN KRÜGER - Aí o problema. Claro que existem vários

problemas na constituição financeira. É um tema muito interessante, mas não sou especialista do sistema complicado de repasses e equilíbrios, porque é sempre assim, por exemplo, um Estado economicamente forte recebe muito mais impostos do que o outro. E aí existe a necessidade de dar uma certa compensação. Em muitos casos esse é um argumento que o poder central usa para centralizar. Ele diz que tem tantas disparidades regionais que precisa do poder central para repassar e equilibrar receita e gastos públicos. Na Alemanha evitamos isso. O sistema de equilíbrios e repasses é um sistema negociado. Quer dizer, os Estados se encontram, para dar um exemplo, os Estados se sentam numa mesa e o Montoro vai sofrer as duras críticas dos Governadores do Nordeste. Eles vão dizer: Montoro nos dê alguma coisa porque você governa São Paulo e recebe muito mais do que nós que precisamos. Claro que Montoro vai se defender. Mas pode fazer isso num certo ponto porque não pode colocar em risco a unidade da federação. Na Alemanha isso também são negociações bastante complicadas, mas uma vez estabelecido esse sistema, ele leva necessariamente a uma forma de consenso, mas ele não é feito como planejamento, mas feito nas negociações, de uma forma democrática. Quer dizer, é talvez um pouco mais complicado do que uma decisão autoritária. Mas a longo prazo dá muito mais unidade porque as entidades da federação são obrigadas a se entender.

O SR. JAURI OLIVEIRA - Neste caso há um consenso. Mas se esse Estado chegue ao extremo de não concordar, a constituição alemã prevê que teria que se submeter ao colegiado dos governadores estaduais por maioria?

SR. HANS JURGEN KRUGER - Não, a união tem certos instrumentos para

pressionar. A união quer dizer o Parlamento. E o nosso Parlamento é composto de: o Congresso tem duas partes: a Câmara dos Deputados e o chamado Conselho Federal, que é uma representação dos Governos Estaduais, que mandam, conforme o tamanho do Estado, um certo número de representantes, e todas as leis passam na Câmara dos Deputados e tem que passar também no Conselho Federal. Se o Conselho Federal não concorda, volta para a Câmara. É um processo complicado e no final, nas leis gerais, a Câmara pode vetar o voto do Conselho Federal, com uma exceção importante: todas as leis sobre os impostos precisam, obrigatoriamente, o voto favorável do Conselho Federal. Então, a união não pode, mesmo democraticamente, através do seu Parlamento, centralizar os recursos financeiros, é impedida pela Constituição. E os membros da constituinte deixaram isso de propósito em aberto porque acharam que uma federação que não se une através de um processo democrático, não vale a pena manter a união. Quer dizer, é uma brecha. Teoricamente o Governo de um Estado pode usar essa brecha para um movimento separatista e dizer que está bem e os outros são pobre e dizer que vai continuar assim porque o desenvolvimento é dele. Teoricamente isso é possível mas politicamente não o é, porque a opinião pública, os partidos são os elementos que garantem a unidade. A unidade é garantida democraticamente e não por um poder central forte. Isso quer dizer que a longo prazo essa unidade é melhor, mais estável do que a outra, a unidade imposta.

Mesmo assim estamos muito longe do ideal.

Eu gostaria de abordar outros problemas da política municipal. Sem dúvida nenhuma os partidos alemães realizaram muita coisa na política municipal. Temos hoje na República Federal uma excelente infra-estrutura, lazer, serviços sociais, escolas, etc. Porém, a democracia não acaba aqui. Nos anos 70 e hoje em dia os conflitos dentro

do município cresceram . E são conflitos principalmente entre os profissionais da administração municipal e a população. A população exige hoje muito mais participação do que votar uma vez cada quatro anos. E depois, a política municipal fica com os vereadores, prefeitos e a administração especializada. Tem muitos conflitos, por exemplo, as finanças do município dependem do Imposto Territorial e de um imposto especial que as empresas pagam pelo tamanho da empresa e o seu faturamento.

O SR: PRESIDENTE (Carrion Júnior) - Não, municipal não temos . Nós temos o ISS, que é sobre serviços e temos uma participação no retorno do ICM do Estado.

O SR: HANS JÜRGEN KRÜGER - Os municípios também têm participação no ICM, como os Estados e a Federação negociado e garantido por lei, que só por votação do Conselho Federal pode ser dado igual.

Por exemplo, o prefeito acha interessante

22

o prefeito acha interessante de convidar grandes empresas que se localizaram no seu município porque a grande empresa traz impostos. Mas em muitos casos essa empresa não traz apenas benefícios, mas também problemas como, por exemplo, poluição, tem que fazer outros investimentos que a empresa exige, como uma boa infra-estrutura de acesso, energia elétrica. Aí o prefeito acha bom investir nisso e em outros setores falta recurso. Por exemplo, para melhorar as escolas. É um conflito. Em muitos casos hoje a população exige a participação direta. Quer dizer, quer ser ouvida antes de ser instalada uma fábrica em certo bairro. Crescem muito as chamadas iniciativas de base, que exigem uma participação. A social democracia liberou um programa de ação municipalista em 75 e exige hoje que para todas as decisões da administração municipal o cidadão seja ouvido antes. Isso significa, por exemplo: se você quer construir uma estrada, o prefeito chama antes os moradores da região para discutir com eles como podem fazer. Esse novo elemento da democracia participativa é um elemento extremamente útil, porque garante contato permanente que, em muitos casos, até os vereadores não têm. Inclusive a participação se mostrou em muitos casos como um fator que resulta em economia. A participação da população não é um fator que necessariamente encarece a administração. Em muitos casos a população tinha idéias muito mais baratas para realizar certas coisas e é um contrapeso muito importante contra o poder econômico que tenta influenciar as decisões na Câmara de Vereadores ou nas Prefeituras. Então temos hoje uma série de conflitos no município, mas acho que são conflitos saudáveis, são conflitos que são estímulo para mais democracia e mais participação no próprio município. Aí a divisão dos poderes se amplia ainda mais na base chega realmente a uma divisão total do poder, no sentido de que cada um pode participar em cada momento. Claro que isso é um processo complicado senão pode substituir uma Câmara de Vereadores ou uma Assembléia Geral. O órgão parlamentar deve permanecer a autoridade máxima em decisões municipais. É claro que o prefeito precisa de uma administração de especialistas. Mas, por outro lado, é um fator muito importante para o controle, para o balanço de poderes de controles e para uma nova criatividade na vida política do município. Eu acho esse fator da criatividade da população muito importante. Assim a política municipalista foge de repetir velhos modelos. Ela perde o

caráter de trampolim, que temos muito ainda em países como o Brasil. Se você entra na Câmara de Vereadores já pensando de ser prefeito e depois de prefeito ser deputado estadual, senador etc., pular e pular. Isso é uma visão extremamente perigosa porque necessariamente uma visão assim o político tem que pensar muito mais na sua carreira do que no atendimento das necessidades da população. Então a participação da população no município é um contrapeso muito importante contra os desvios que os políticos... É um problema muito sério. Esse abismo entre o político profissional e a população, só pode ser fechado no município. Nos níveis federal isso é muito mais complicado.

O SR. JAURI OLIVEIRA - Aqui no Rio Grande do Sul nos parece que aqueles que aspiravam postos mais elevados foram os melhor sucedidos em administrações municipais. Eu temo muito aquele que quer encerrar a sua carreira num determinado cargo. Às vezes se acomoda.

O SR. HANS JURGEN KRUGER - Eu reconheço esse aspecto.

O SR. HELIO MUSSKOPF - Acho que aí depende muito do próprio pretendente ao cargo. Há os inescrupulosos, há os que procuram trabalhar para sua comunidade, essa parte é algo muito discutido. Praticamente todos aqui viemos crescendo de baixo para cima, mas há os profissionais que de repente aparecem e querem... Eu fui Presidente do Partido, fui vereador, fui secretário municipal, prefeito e hoje deputado. Quer dizer, a gente tem uma experiência da vida debaixo para cima. A gente conhece e sabe que a experiência nos ensinou a ter uma carreira, não brilhante, mas eu acho que se a gente chegou aqui é porque a gente sempre dentro da base eleitoral, da comunidade, sempre fez alguma coisa, porque acho que o reconhecimento de a gente chegar a um cargo elevado é sempre... Principalmente pelo voto direto, não nomeado. Mas o elemento que se sujeita a concorrer a um cargo eletivo através do voto ele tem que ser um cara correto para poder chegar, se não não chega.

O SR. JAURI OLIVEIRA - Acho que é válida a colocação dele, porque no meio desses, aparecem aqueles que, no afã de realizar obras, inviabilizam as futuras administrações, comprometendo por demais os municípios.

O SR. HANS JURGENS KRUGER - Eu sei que a cultura política do Brasil e da Alemanha são bastante diferentes, mas temos na grande maioria dos municípios o sistema parlamentar, quer dizer, a população elege uma Câmara de Vereadores. Claro que os partidos entram na campanha

eleitoral já apresentando seus candidatos para prefeito, mas o prefeito é eleito pela Câmara dos Vereadores. Sistema Parlamentarista pode ser derrubado em qualquer momento pela Câmara dos Vereadores. Vocês têm o Sistema Presidencialista que funciona em todos os níveis que funciona também no município. Para dar um contrapeso contra o Sistema Presidencialista que dá poderes excepcionais ao Presidente, ao Prefeito, ao Governador existe a lei de que não é elegível. Isso não existe em nosso caso. Aí não temos essa carreira sua. A sua carreira seria atípica na Alemanha. Todo mundo na Alemanha diria "esse cara não sabe o que ele quer". Faz cada quatro anos uma coisa totalmente diferente. E aqui é a norma. O que quero dizer é que uma participação direta no município é um bom contrapeso, aqui como lá. Não quero defender a ruptura total do seu sistema que já tem muita tradição e tem também uma série de vantagens.

O SR. CARRION JÚNIOR - Sr. Hans Kruger, há várias pessoas que desejariam fazer uso da palavra, então que passássemos às considerações que o Sr. tem ainda que fazer

ainda tem que fazer, para, depois, passarmos a palavra para o próximo inscrito. Queria, também, registrar a presença do Deputado Carlos Giacomazzi e dar um exemplo de municipalismo brasileiro, isto é, Prefeito eleito, pela maioria da população, mas que não tomou posse por declaração de Área de Segurança Nacional no município de Canoas. Acho lamentável, não só por necessidade de se terem Áreas de Segurança, mas, também, por se impedir que, nessas áreas, se elejam Prefeitos. Então, deixo a palavra à disposição, para passarmos para os debates. Antes de colocar a palavra à disposição, eu gostaria de perguntar ao Dr. Krüger o seguinte: a Social Democracia e o Partido Socialista Alemão tem tido contato com instituições políticas de várias partes do mundo. Nós, aqui no Brasil, não podemos, evidentemente, legalmente, nos vincularmos a Partidos estrangeiros. Mas eu pergunto: a Social Democracia e o Partido Socialista Alemão pretendem estabelecer liames com determinados partidos no Brasil ou têm ligações com alguns partidos brasileiros?

O SR. HANS JURGEN KRÜGER - Bem, o nosso trabalho, aqui, é muito mais um trabalho de cooperação científica. Estamos preocupados em dar uma contribuição para melhorar a capacidade técnica e científica das forças democráticas deste País. Por exemplo, temos uma boa cooperação com o DIESE, Departamento Intrassindical de Estudos Econômicos e Estatísticos. E estamos fazendo, juntamente com esse órgão, um arquivo de acordos coletivos e breves. Isso facilita o trabalho do DIESE, no sentido de ter sempre um saldo de acordos coletivos, no Brasil, para assessoria em negociações coletivas em outras bases. Com essa divisão, o Brasil está dividido em quatro mil e tantos sindicatos locais, sendo que, em muitos casos, o sindicato vidreiro de Porto Alegre desconhece o contrato coletivo

26

que o sindicato vidreiro fechou, mas que o DIESE dá, justamente, essa assistência. O objetivo político desse trabalho é melhorar essa capacidade de "know-how". E teremos, também, cooperação de outras entidades de classe, como para a pesquisa, seminários que servem para o diálogo, como o que realizamos, há quatro anos, em Canela, sobre o relatório do imigrante e o problema norte-sul. Naquela época, foi um grande seminário. Essa filosofia do nosso trabalho. Falando do Partido, há uma coisa muito importante: enfrentamos, hoje, uma ameaça muito grande que eu vejo na política hegemônica das grandes potências, especialmente dos Estados Unidos e da União Soviética, que pressionam os pequenos países, como Brasil, Alemanha. O problema da dívida externa do Brasil é, diretamente, um resultado dessa política. De fato, quem faz os juros dos empréstimos são os Estados Unidos, com o seu déficit orçamentário, estalecendo os juros como querem. Isso é uma forma de imperialismo econômico extremo. Defender-se cada um por si é uma coisa bastante difícil. Então, é necessário esse diálogo político, essa troca de idéias. De vez em quando, há, também, formação de unidades que são importantes. Eu não quero, apenas, falar do problema dos juros. Há muitos outros. O armamentismo, hoje em dia, é um escândalo. E não apenas um escândalo dos Estados Unidos. Enquanto morrem crianças no Brasil, eu acho um escândalo gastarem bilhões e bilhões em armamentos. Não esqueçam que os Estados Unidos gastam, por ano, três vezes mais do que toda a vida gastamos no Brasil em armamentos. Sabemos, muito bem, que problemas a dívida externa do Brasil está trazendo para o povo brasileiro. E, enquanto isso, os Estados Unidos gastam trezentos bilhões de dólares em armamentos. O escândalo não é só um problema dos Estados Unidos, mas um problema mundial nosso.

Por isso, eu acho extremamente importante o diálogo entre Partidos para que se possa resolver alguns problemas. Isso faz parte da democracia. A sua importância é o diálogo. Não é uma política hegemônica. Quer dizer, só falam os que tem uma hegemonia. Então, os alemães querem, também, uma pequena hegemonia. Isso não, ao contrário: o espírito é, exatamente, o contrário. Eu posso falar mais no meu partido: ele não tem interesse de ter o seu pequeno setor de amigos dentro da política brasileira. O interesse nosso é termos um diálogo o mais amplo possível, defendendo as nossas idéias. Então, as nossas idéias são, profundamente, ligadas à democracia, ligadas ao pensamento social, como a participação em questões políticas e econômicas. Esse é o espírito.

O SR. PRESIDENTE (Carrion Júnior) - Quais são os partidos que a Social Democracia Alemã tem tido mais contato com o Brasil?

O SR. HANS JURGEN KRUGER - Excelentes contatos com o PMDB e com o PDT. Nós achamos importantes essas ligações. Dentro do PMDB, há muitos políticos importantes: Fernando Henrique Cardoso, o Senador de São Paulo, que declara, abertamente, que quer esse diálogo. Há, também, algumas pessoas no PT com as mesmas aspirações. Até mesmo no PDS, há pessoas que querem o diálogo. E isso é uma coisa reconhecida. Apenas, para dar um exemplo, o Itamarati manda publicações. Então, somos um canal de comunicações importante. Só com o diálogo, já vamos chegar a uma situação mais rentável.

O SR. PRESIDENTE (Carrion Júnior) Inclusive, eu posso dizer que esse convite partiu de uma Comissão técnica da qual fazem parte vários Partidos. Mas a verdade é que a Presidência é composta, também, do PMDB, sendo que esse convite é uma demonstração do nosso partido, aqui no Rio Grande do Sul, que tem, também, interesse

25
no diálogo com o Partido Socialista Alemão e que pode ser encarado oficialmente, pois é um fato oficial que nós estamos realizando hoje. Há, também, interesse de todos os Partidos nesse tipo de contato, sendo que a vinda do Dr. Küger foi com esse espírito. Passo a palavra ao Deputado Jauri Oliveira.

O SR. JAURI OLIVEIRA - Eu quero fazer algumas colocações que envolvem, basicamente, seis perguntas. Mas, primeiro, eu vou fazê-las todas, para que, depois, o Sr., talvez, possa englobá-las numa resposta só. Nós lemos muito a respeito das fugas, principalmente, em Berlim, o lado de lá e o lado de cá. Não se houvequase falar em fugas daqui para lá. É bem verdade que nós temos imprensa capitalista. Então, eu pergunto, em primeiro lugar, se o operário do lado de lá, também, passa para o lado de cá ou se são só pessoas de capital. O lá e cá é Alemanha Oriental que passa para a Alemanha Ocidental. Em segundo, se o senhor acha possível a fácil aplicação do socialismo democrático em países subdesenvolvidos e se pode um país socialista-democrático, no caso a Alemanha, aprovar investimento em países subdesenvolvidos, como o exemplo da Wolkswagem que tem grande aplicações em terras brasileiras e se o alto padrão de vida do povo alemão ocidental não se deveria

não se deveria, em grande parte, a essa exploração capitalista nos países subdesenvolvidos. E porque a Alemanha, sendo socialista, se alinha com os países capitalistas e não com os socialistas? E por que os ecologistas, que lutam contra o armamento mundial tem tido algum problema também? Ou se têm realmente tido problemas. Seriam mais ou menos essas as curiosidades.

O SR. HANS JÜRGEN KRÜGER -- A primeira pergunta é quanto às relações entre as duas Alemanhas. A Alemanha Oriental, República Democrática Alemã, é socialista no sentido leninista, quer dizer, eles entendem o socialismo como etapa de construir a sociedade comunista, sociedade de iguais, usando o centralismo democrático. Central que é, na verdade, muito centralismo e pouco democrático e, dentro do sistema militar da União Soviética.

A outra Alemanha não é socialista - eu faço questão de dizer isso. E nem se chama socialista. O sistema lá é clara e puramente capitalista. E isso explica a pergunta de porque está fazendo investimentos no exterior, etc e tal. O fato de que o Partido Socialista fez parte do Governo, junto com o Partido Liberal, é que temos também lá o problema das coalizões com os liberais. Esse fato não significa que esse país foi totalmente reestruturado.

A situação na Alemanha Oriental, com relação à população, é caracterizada por um relativo bem estar - dentre os países chamados socialistas a Alemanha Oriental é o país com o padrão de vida mais elevado. Ninguém passa fome.

O SR. -- E na Ocidental?

O SR. HANS JÜRGEN KRÜGER -- Na Ocidental também ninguém passa fome, graças a Deus. O grande problema da Alemanha Oriental, por outro lado, é muito mais um problema político, de vez que o sistema central-

lista dá pouco ou nenhum espaço, em alguns casos, às realizações de cada um. Isso é um problema que você enfrenta se for filho de um comerciante, de um dono de botequim e quer ir para a universidade, porque ela é reservada para filhos de operários e camponeses. Aí você vai buscar outro lugar para estudar. Além disso há o simples problema de não poder viajar, por exemplo, que cria uma oposição, no meu entender, desnecessária. Você não pode sair do País, simplesmente. E muitos pensam: vamos sair de qualquer maneira. Muitos também descobrem, depois da fuga, que optaram erradamente, porque não encontram condições de vida melhor do que havia lá. Tudo isso acontece, lógico.

Houve também uma certa época, fim dos anos 50, em que os americanos e os condenadores usaram a atração do capitalismo, como o fato de poder comprar café, como arma política contra o sistema de lá. Tudo isso é uma realidade. Mas é também uma realidade que os sistemas controlados pelo centralismo tipo leninista criam muita oposição interna que não tem nenhuma saída a não ser a saída do país. Sem um sistema de liberdade de Imprensa, de oposição ao Governo, pois lá não existem Partidos de Oposição.

O SR. JAURI OLIVEIRA - Na Alemanha Ocidental existe um partido comunista?

O SR. HANS KRÜGER - Sim, existe um Partido Comunista na Alemanha que pode concorrer livremente às eleições e que conseguiu, ultimamente, 0,8% da votação. Os outros partidos comunistas tipo PCdoB, não sei como se chamam aqui, eles, enfrentando os mesmos problemas, se juntaram no Partido Ecologista - e aqui já respondo à sua última pergunta - que se chama hoje Os Verdes, mas é de fato um partido que nós chamamos de Lista Colorida, inclusive usou muito tempo este nome para mostrar que é uma união dos feministas, homossexuais, ecologistas, PCdos - que era in

23

dependente - sindicalistas, quer dizer, uma aglomeração de uma maioria de esquerda, mas tendo também conservadores que têm mais essa idéia e cologista de preservar a natureza, etc.

O SR. HÉLIO MUSSKOPF - Para satisfazer a minha curiosidade e livrar-me da minha ignorância, faço-lhe a pergunta: - Uma definição entre socialismo e comunismo.

O SR. HANS JURGEN KRUGER -- As perguntas mais complicadas são as mais curtas, não é?

Bom, o meu tema Município já é uma resposta. O Comunismo está ainda com a idéia do centralismo. O Socialismo democrático descobriu, através de experiências amargas, a necessidade da participação, ou seja, da democracia participativa. Uma diferença importante.

O Comunismo, como se apresenta, hoje, nos países da Europa Oriental, é muito ligado à idéia da estatização. O ideal, para eles, é o controle total sobre a economia. Em vários países chegaram a controlar 95% da economia; em outros, menos. Isso varia conforme as condições nacionais.

Os Socialistas Democráticos acham que a pura estatização não resolve nada ou pouca coisa. Claro que é necessária a atividade econômica do Estado em certas áreas; e é necessário um controle democrático sobre o comportamento das empresas muito rígido. Mas esse controle e a socialização no sentido mais amplo apresenta resultados melhores através de um aumento da co-gestão, que deve chegar, dentro de um processo, a uma forma de auto-gestão, do que pela pura estatização. Essa a diferença fundamental.

Mesmo admitindo que esse processo democrático é mais lento, que se

tenha que conviver mais tempo com o capitalismo e com todos os defeitos do capitalismo, o socialismo democrático opta por esse caminho mais lento porque acha que, como ele é mais democrático também é, a longo prazo, o mais estável democraticamente.

E é interessante que todos os regimes que pensaram "precisamos desenvolver a Nação em pouco tempo" optam, mais cedo ou mais tarde, por regimes autoritários. Todas as ditaduras da África, por exemplo, se justificam dizendo "nós estamos aqui num país atrasado, temos que desenvolver a economia, construir o país, construir idrelétricas ou sei-lá-o-quê" e isso não funciona democraticamente. Aí precisam mudar para um regime de força e um belo dia os militares chegam no governo dizendo "nós vamos fazer isso seriamente", porque os parlamentos não resolvem nada".

E na América Latina é a mesma coisa. Vocês conhecem muito bem toda essa discussão, a doutrina da segurança nacional, ordem e desenvolvimento, etc para justificar o poder cada vez mais centralizado, chegando a extremos de ser ditatorial e autoritário. E aí eles têm uma semelhança, lamentavelmente, com os sistemas comunistas

36
com sistemas comunistas que acham que precisamos chamar as ditaduras do proletariado para desenvolver o nosso País, para nos defendermos. A União Soviética, em termos militares é, hoje, igual aos Estados Unidos, já tem o seu socialismo a sessenta anos, então, porque continuar com esse sistema centralista? Essa é a questão.

O SR PRESIDENTE - Bem, eu vou conceder, agora, a palavra, procurando manter uma certa ordem.

O SR JOSE ANTONIO FAVERO - Há uma pergunta: A República de Wainamar (??) Não foi propriamente o princípio, a causa, sem o poder para o desenvolvimento do fascismo e outra sobre a América Central: é possível, há diferença muito grande com a Alemanha Ocidental ou mesmo Oriental.

- Claro que a democracia não é a causa do fascismo, mas uma democracia sem raízes pode facilitar muito a ascensão de forças reacionárias. A República de Wainamnn (?) foi muito mais centralista do que a República Federal da Alemanha, por exemplo, havia o poder de intervenção nos Estados e esse poder os nazistas usaram para acabar com os governos democráticos dos estados e aí nesse sentido uma constituição é extremamente liberal que facilitou, as diferenças não as vejo tantas, não vejo necessidade de usar em países do terceiro mundo sistemas centralistas e autoritários, acho que um país como o Brasil tem todas as condições econômicas, políticas e culturais de viver num sistema de democracia com federalismo. O subdesenvolvimento do Brasil não impede uma forma democrática, acho que inclusive apresentaria melhores condições do que

experiências autoritárias.

O SR PRESIDENTE - Com a palavra o próximo inscrito, o companheiro de Butiá.

- Eu me manifestei naquele momento em que estava questionando o Deputado Jauri com respeito à acomodação que poderia haver e eu conheço de contato que mantive na Alemanha, com estudantes, lá e aqui, conheço relativamente bem o sistema que é apresentado aqui e posso dizer que ao invés do que acontece no Brasil, para que parece que as maiores decisões a importância está nas bases, portanto naquele sistema e lá não permite a acomodação, é onde mais se trabalha, onde mais se pode produzir e dar para a sua comunidade, ao passo que no Brasil só é dada essa oportunidade na medida em que vai galgando, o prefeito, deputado, é então que pode ser estendidos os horizontes de trabalho. Essa é a colocação que queria fazer.

- O senhor não acha mais interessante a existência de um partido liberal partindo, dirigido pelos anseios, pelo pensamento do povo.

O SR HANS KRUGER - Sempre critiquei o socialismo francês que acho uma proposta atrasada e está havendo a crítica solidária, não escondemos nossas diferenças e aqui no Brasil encontrei muito equívoco sobre a situação do socialismo francês e como estamos longe deles e o discurso de Mitterrand foi bonito mas por trás havia muitos problemas. Os franceses tem essa tradição do centralismo e o Mitterrand mostrou muito bem que com o centralismo denominado socialismo não

se resolve os problemas, não se resolve com a estatização dos bancos, espec-almente dentro de um contexto de um país, a França é capitalista e misturando isso com a idéia francesa com o velho vício frances, de liderança na Europa, isso não funciona e o resultado é que o Mitterrand manda seu ministro embora, coloca um tecnocrata e vai colocando mais gente na rua e é uma idéia, no meu entendimento, conservadora da modernização da França. Vale a pena, se poderia discutir muito mais, que estou vendo essa experiência, já vi a há dois ou tres anos atrás, com muita preocupação eo caminho é ótimo os caminhos capitalistas são movidos a negócios e a coisa não é estatizar é colocar a sociedade no comando das decisões da economia capitalista. O Mitterrand está caindo exatamente dessa maneira e vai, com certeza, não sei, nas próximas eleições, agora, para parlamento europeu, o resultado foi desastroso, não apenas o resultado do partido socialista, mas o pior faotr é o crescimento brutal da extrema direita, partido fascista que conseguiu na primeira eleição mais do que 10% isso é assustadoe.

O SR VEREADOR LUI³ - gostaria de saber se esta troa de experiência com a social democracia alemã vai razer o crescimento do sincicalismo no Brasio.

O SR HANS KRUGER - Bem, não depeden muito mas os compnaheiros aqui não temos ilusão de que a nossa participação possa modificar coiss profundas e o que acontece no Brasil deve ser decisão dos brasileiros e o que podemos fazer é uma contribuição claro que o trabalhador alemão é interessado vivendo seu colega no Brasil em condições semelhantes, ele não tem interesse em sofrer concorrência no Mercado

com uma mercadoria artificialmente muito barata e muito barata porque
leis salariais

lei salarial. Essa é uma velha discussão, muito importante, e sempre se procura ver os colegas cada vez com melhores condições, com melhores salários. Muitos não querem isso. Inclusive nós já fomos acusados, várias vezes, de interferir em contas brasileiras, porque ajudamos os sindicatos brasileiros a fim de melhorar suas condições de pagamento aos empregados. Isso encarece o produto brasileiro no mercado internacional: é contra os interesses nacionais. Tudo bem. Mas também podemos argumentar o contrário: se o mercado interno cresce, se o seu trabalhador pode comprar mais, muito melhor é para as empresas, para os interesses nacionais do que vender tudo que está disponível a qualquer preço. É o que está ocorrendo e isso, no meu entender, não serve para ninguém.

O SR. HÉLIO MUSSKOPF - Não sei se alguém teria mais alguma pergunta a formular.

O SR. WANDERLAN LOPES - Costaria de aproveitar a oportunidade - como Líder Sindical - na Alemanha, qual o tipo de apoio que o Governo dá ao Sindicalismo.

O SR. HANS JÜRGEN KRÜGER - No momento, o Governo é de democracia cristã e dos liberais; eles são da direita. Esse Governo mostrou uma profunda hostilidade contra o movimento sindical na última grande greve dos metalúrgicos, dos gráficos que lutaram por uma redução da jornada de trabalho; partindo da idéia de que com a automatização dos micro-computadores e microprocessores, cada vez mais cresce o desemprego e a resposta dos sindicatos foi na tentativa de reduzir a jornada de trabalho para facilitar a criação de empregos. Neste caso, o Governo

tomou partido, claramente. Isso não foi surpreendente, porque a democracia cristão e os liberais são muito ligados a grande indústria. Por outro lado, existe uma total independência do movimento sindical em relação ao Governo, o que acho muito bom.

O SR. HÉLIO MUSSKOPF - Com a palavra o Sr. Ademir Garcia.

O SR. ADEMIR GARCIA - Gostaria de saber se foi possível visualizar uma tendência de expansão da social democracia, principalmente aqui na América e se com esses reveses, que também se visualizam, por exemplo de Mitterrand como social-democracia, se posiciona em termos de estratégias para formular as suas teses?

O SR. HANS JURGEN KRÜGER - Esse é um movimento com muitas contradições internas, porque não existe um Órgão que determina a política da social democracia. Então, o avanço da social-democracia é muito mais uma avanço dos latino-americanos que pensam mais nesta linha e vejo isso no Brasil, nesses últimos anos. As propostas autoritárias praticamente sumiram da discussão. Até o Partido Comunista do Brasil não defende mais sua posição autoritária; talvez até estejam sonhando com isso. Publicamente esse é um fato muito importante, porque o PC do Brasil tem uma proposta social-democrata, o que é excelente: defende constituinte, negociação, democracia em todos os níveis, isso é um avanço. Outro fator é quando eles falam em termos de futuro; agora isso é um problema do eleitor que vai eleger esse Partido ou não. O fato em si é de extrema importância. O Senador do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, falou em uma recente entrevista: "As forças políticas do Brasil, quem são hoje? A maior força, sem dúvida, são os liberais e os liberais encontramos em vários partidos. O momento

político atual mostra isso muito bem. Encontramos no PMDB, no PDS, certamente encontramos o mesmo em setores do PDT, e no PT aparentemente não há liberais, mas tem pensamento liberal.

O segundo fator, a segunda força é a força social democrata que se encontra em vários partidos. Observando, verifica-se que as propostas que temos são sociais democratas: isso é a democracia. Essa proposta social democrata vai além; o que significa dizer que a democracia não pode parar na eleição de candidatos "x" para Presidente. Esse é um pequeno passo.

Os liberais que me desculpem, mas a experiência, especialmente na América Latina, mostra que depois do belo discurso dos liberais, voltou a prática cinzenta da exploração de sempre. Temos muitos exemplos históricos na América latina. Os liberais, no Brasil, tem a grande chance de mostrar que não são apenas bons de discursos, mas também de ações, de realizações. Os Partidários que defendem modelos autoritários praticamente sumiram; os militares brasileiros não os defendem mais, pelo menos abertamente. Quinze anos atrás, estava em grande moda a teoria de desenvolvimento com segurança nacional; volumes foram publicados sobre isso. Hoje ninguém mais fala sobre isso. Nesse sentido a social democracia avançou muito, não como sendo uma organização, mas como espírito e pensamento político. O fato de estarmos hoje aqui é uma demonstração. Também demonstrariam o mesmo se vocês convidarem amanhã um russo para vir aqui falar, é também o espírito da social democracia: o espírito do diálogo, profundo, aberto.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Sr. Roberto Souza.

O SR. ROBERTO SOUZA - Dr. Krüger, aqui no Brasil alguns Estados da

Federação, possuem alguns municípios que têm associações de municípios. O Estado de Santa Catarina, todo ele coberto por associações de municípios, visando resolver problemas comuns a esses municípios, evitar disputas entre municípios da mesma região, e tendo como meta, talvez, de regimentar um plano de ação governamental (?), através do orçamento - o que não existe, atualmente.

Gostaria de saber o que é que existe, na Alemanha, paralelo a isso, e como funciona?

O SR. HANS JÜRGEN KRÜGER - O que existe de paralelo é um plano ..., que é uma Associação Nacional dos Municípios, inclusive com uma boa estrutura no setor de pesquisa, com publicações, que trabalharam exatamente nesta área, trabalhando com esses problemas dando sempre destaque na discussão pública. E existem organizações regionais para discutir problemas administrativos. Até existem formas de associações de municípios para formar unidades maiores

41

unidades maiores. Por exemplo, em muitos casos o município não tem força suficiente para instalar um grande colégio.

Recentemente, para melhorar a infra-estrutura dos colégios, optaram por unidades de até 2.000 alunos. Eu, pessoalmente, sou contra essa opção. Para realizar essa opção, geralmente o poder financeiro do município não é suficiente. Então, vamos municípios se reunem e formam uma associação escolar e discutem onde seria a localização melhor dessa unidade escolar, como organizar um sistema de transporte para os alunos. Ela resolve e administra essa questão.

O SR. PRESIDENTE - Devido o adiantado da hora, vamos encerrar a presente sessão. Antes, porém registro a presença do Dr. Roberto Assedeo, que representa o Instituto Brasileiro de Planejamento, do Dr. Gilberto Moraes, do Instituto dos Advogados e de outras representações municipais, dentre as quais eu destacaria a presença do Prefeito de Tapes, da representação de Arroio dos Ratos, de São Sebastião do Cai, de Canoas e Butiá.

Agradeço, mais uma vez, a presença do Dr. Krüger, respondendo-nos em nome do Partido Social Democrata Alemão. Sua presença foi para nós muito importante, porque é uma forma de conhecermos o que está-se realizando no Partido Socialista e, ao mesmo, para estreitarmos nossos laços, naquele espírito que a Assembléia Legislativa, especialmente o PMDB e o PDT e o PT.

Agradeço a presença dos membros desta Comissão e a participação de todos, tanto da imprensa, como do serviço de Tipografia.

Está encerrada a sessão. Muito obrigado. (Aplausos.)

F I M